

Sumário

Abreviaturas e siglas usadas	37
---	-----------

TÍTULO I

TEORIA DA CONSTITUIÇÃO

Capítulo 1 ► Direito constitucional	43
1. Natureza	43
2. Definição	44
3. Objeto	44
4. Fontes de juridicidade	44
4.1. Fontes do direito constitucional.....	45
4.1.1. Os costumes constitucionais	46
4.1.2. A criação judicial do direito	47
4.1.3. A doutrina como fonte indireta de produção do direito.....	49
Capítulo 2 ► Constitucionalismo	51
1. Definição	51
2. Evolução histórica.....	52
2.1. Constitucionalismo antigo	52
2.1.1. Estado hebreu.....	52
2.1.2. Grécia.....	53
2.1.3. Roma.....	53
2.1.4. Inglaterra.....	53
2.2. Constitucionalismo moderno	54
2.2.1. O surgimento das constituições liberais.....	55
2.2.1.1. A experiência estadunidense.....	55
2.2.1.2. A experiência francesa	56
2.2.2. O surgimento das constituições sociais	58
2.3. Constitucionalismo contemporâneo	60
2.4. Constitucionalismo do futuro	62
2.5. Constitucionalismo abusivo.....	63
2.6. Transconstitucionalismo	64
2.7. Quadro: evolução histórica do constitucionalismo.....	65

Capítulo 3 ► Pós-positivismo e neoconstitucionalismo.....	67
1. Pós-positivismo	67
1.1. O pós-positivismo metodológico.....	67
1.2. O pós-positivismo ético	68
1.3. O pós-positivismo teórico.....	68
2. Neoconstitucionalismo	69
2.1. O neoconstitucionalismo como modelo constitucional	69
2.2. O neoconstitucionalismo teórico.....	70
2.3. O neoconstitucionalismo ideológico	70
3. Diferenças entre o pós-positivismo e o neoconstitucionalismo	71
3.1. As diferentes pretensões: teoria universal x teoria particular	71
3.2. A relação entre direito e moral	72
3.3. Quadro comparativo.....	74
 Capítulo 4 ► Poder Constituinte	 75
1. Poder Constituinte Originário.....	75
1.1. Espécies	75
1.2. O fenômeno constituinte.....	76
1.3. Natureza	77
1.4. Titularidade e exercício	78
1.5. Características essenciais.....	78
1.6. Limitações materiais.....	78
1.7. Legitimidade.....	79
1.8. Quadro: Poder Constituinte Originário (PCO)	80
2. Poder Constituinte Decorrente	80
2.1. Natureza	81
2.2. Características.....	81
2.3. Existe Poder Constituinte Decorrente fora dos Estados-membros?	82
2.4. Limitações impostas à auto-organização dos Estados.....	83
2.5. Quadro: Poder Constituinte Decorrente (PCD)	84
3. Poder Constituinte Derivado	84
3.1. Limitações impostas ao Poder Reformador.....	85
3.1.1. Limitações temporais.....	85
3.1.2. Limitações circunstanciais	85
3.1.3. Limitações formais (processuais ou procedimentais)	85
3.1.4. Limitações materiais (ou substanciais).....	88
3.1.4.1. Cláusulas pétreas expressas	89
3.1.4.2. Cláusulas pétreas implícitas.....	93
3.2. Limitações impostas ao Poder Revisor.....	95
3.3. Quadro comparativo.....	96
4. Poder Constituinte Supranacional	97

Capítulo 5 ► A constituição	99
1. Conceito	99
2. Objeto	99
3. Elementos	100
4. Fundamentos	101
4.1. Concepção sociológica	101
4.2. Concepção política	101
4.3. Concepção jurídica	102
4.4. Concepção normativa	103
4.5. Concepção culturalista	103
5. A constituição e o seu papel	104
5.1. Constituição-lei	104
5.2. Constituição-fundamento (Constituição-total)	104
5.3. Constituição-moldura	105
5.4. Constituição dúctil (Constituição suave)	105
6. Classificações das constituições	105
6.1. Quanto à forma	106
6.2. Quanto à sistemática	106
6.3. Quanto à origem	107
6.4. Quanto ao modo de elaboração	107
6.5. Quanto à identificação das normas constitucionais	108
6.6. Quanto à estabilidade	109
6.7. Quanto à extensão	110
6.8. Quanto à função (ou estrutura)	111
6.9. Quanto à dogmática	112
6.10. Quanto à origem da decretação	112
6.11. Quanto à ideologia	113
6.12. Quanto à finalidade	114
6.13. Classificação ontológica	114
6.14. Classificações da Constituição de 1988	115
6.15. Quadro: classificações das constituições	115
7. Histórico das constituições brasileiras	116
7.1. Constituição Política do Império do Brasil (de 25 de março de 1824)	117
7.1.1. Contexto histórico	117
7.1.2. Principais características	118
7.2. Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil (de 24 de fevereiro de 1891) ...	121
7.2.1. Contexto histórico	121
7.2.2. Principais características	122
7.3. Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil (de 16 de julho de 1934)	125
7.3.1. Contexto histórico	125
7.3.2. Principais características	126
7.4. Constituição dos Estados Unidos do Brasil (de 10 de novembro de 1937)	128

7.4.1. Contexto histórico	128
7.4.2. Principais características	129
7.5. Constituição dos Estados Unidos do Brasil (de 18 de setembro de 1946).....	132
7.5.1. Contexto histórico	132
7.5.2. Principais características	133
7.6. Constituição do Brasil (24 de janeiro de 1967)	134
7.6.1. Contexto histórico	134
7.6.2. Principais características	135
7.7. Emenda Constitucional n. 1 de 1969 (editada em 17 de outubro de 1969).....	137
Capítulo 6 ► Classificações das normas constitucionais.....	141
1. Esclarecimentos preliminares	141
2. Classificações quanto à eficácia	142
2.1. Classificação proposta por José Afonso da Silva	142
2.1.1. Normas constitucionais de eficácia plena	142
2.1.2. Normas constitucionais de eficácia contida.....	143
2.1.3. Normas constitucionais de eficácia limitada.....	144
2.1.3.1. Normas de princípio institutivo (ou organizatório)	144
2.1.3.2. Normas de princípio programático	145
2.2. Classificação proposta por Maria Helena Diniz.....	145
2.3. Classificação proposta por Celso Bastos e Carlos Ayres Britto.....	146
2.4. Outras classificações.....	146
3. Classificações quanto à espécie.....	147
3.1. Critérios de distinção entre princípios e regras.....	148
3.1.1. Critério distintivo proposto por Peczenik e Hage	148
3.1.2. Critérios distintivos propostos por Humberto Ávila	149
3.1.3. Critério distintivo proposto por Ronald Dworkin	149
3.1.4. Critério distintivo proposto por Robert Alexy	150
Capítulo 7 ► Conflito de normas	153
1. Conflitos entre regras	154
2. Conflitos entre princípios.....	155
3. Conflitos entre regras e princípios.....	158
Capítulo 8 ► Normas constitucionais no tempo	161
1. Revogação	161
2. Teoria da desconstitucionalização.....	161
3. Recepção	162
4. Repristinação	164
5. Mutação constitucional.....	165
6. Constitucionalidade superveniente.....	166

Capítulo 9 ► Hermenêutica constitucional.....	169
1. Considerações preliminares	169
2. Cânones tradicionais.....	170
3. Contribuições da dogmática alemã	172
3.1. Princípios de interpretação da constituição	173
3.1.1. Princípio da unidade da constituição	173
3.1.2. Princípio do efeito integrador	174
3.1.3. Princípio da concordância prática (ou harmonização).....	175
3.1.4. Princípio da força normativa.....	176
3.1.5. Princípio da máxima efetividade (interpretação efetiva ou eficiência)	176
3.1.6. Princípio da conformidade funcional (exatidão funcional, correção funcional ou “justeza”).....	177
3.2. Métodos de interpretação constitucional	178
3.2.1. Método hermenêutico clássico (ou método jurídico)	178
3.2.2. Método científico-espiritual	178
3.2.3. Método tópico-problemático	179
3.2.4. Método hermenêutico-concretizador.....	180
3.2.5. Método normativo-estruturante	181
3.2.6. Método concretista da constituição aberta	182
3.2.7. Quadro comparativo.....	184
4. Contribuições da doutrina estadunidense	185
4.1. Interpretativismo x não interpretativismo.....	185
4.2. Teoria do “reforço da democracia”	186
4.3. Minimalismo e maximalismo	187
4.4. Pragmatismo jurídico	188
4.5. A leitura moral da constituição	190
5. Preâmbulo.....	194
6. Integração da constituição.....	195

TÍTULO II

CONTROLE DE CONSTITUCIONALIDADE

Capítulo 10 ► Teoria Geral do Controle de Constitucionalidade	199
1. A supremacia da constituição	199
2. Bloco de constitucionalidade.....	200
3. Natureza da norma inconstitucional.....	200
4. Formas de inconstitucionalidade	201
4.1. Quanto ao tipo de conduta.....	201
4.1.1. Estado de coisas inconstitucional.....	203
4.2. Quanto à norma constitucional ofendida	205
4.3. Quanto à extensão	205
4.4. Quanto ao momento	206
4.5. Quanto ao prisma de apuração.....	208

4.6. Quadro: formas de inconstitucionalidade	209
5. Formas de controle de constitucionalidade	209
5.1. Quanto ao momento	209
5.2. Quanto à natureza do órgão	215
5.3. Quanto à finalidade	215
5.4. Quanto ao tipo de pretensão deduzida em juízo	216
5.5. Quanto à competência	217
5.6. Quadro: formas de controle de constitucionalidade	218
Capítulo 11 ► Controle difuso de constitucionalidade.....	219
1. Aspectos gerais.....	219
2. Cláusula da reserva de plenário.....	221
2.1. Súmula Vinculante nº 10.....	223
3. Suspensão da execução de lei pelo senado.....	225
4. A tendência de “abstrativização” do controle concreto	227
5. Modulação temporal dos efeitos da decisão em controle difuso	231
6. A ação civil pública como instrumento de controle de constitucionalidade.....	232
Capítulo 12 ► Ação direta de inconstitucionalidade e ação declaratória de constitucionalidade.....	235
1. Aspectos introdutórios.....	235
2. Legitimidade ativa	236
3. Parâmetro (ou norma de referência)	240
4. Objeto	241
4.1. Perspectiva material	242
4.2. Perspectiva temporal	245
4.3. Perspectiva espacial.....	245
5. Aspectos processuais e procedimentais	246
5.1. Requisitos da petição inicial.....	246
5.2. Intervenção de terceiros e amicus curiae.....	248
5.3. Advogado-Geral da União	251
5.4. Procurador-Geral da República.....	252
6. Liminar.....	252
7. Decisão definitiva	255
7.1. Modulação temporal dos efeitos da decisão	259
7.2. Técnicas de decisão	261
7.2.1. Declaração de inconstitucionalidade com redução de texto	261
7.2.2. Decisões interpretativas	262
7.2.2.1. Interpretação conforme a constituição.....	262
7.2.2.2. Declaração parcial de inconstitucionalidade sem redução de texto.....	264
7.2.2.3. Declaração de inconstitucionalidade sem pronúncia de nulidade.....	265
7.2.2.4. Inconstitucionalidade progressiva	266
7.2.3. Decisões manipulativas	266

7.2.3.1. Decisões manipulativas aditivas	266
7.2.3.2. Decisões manipulativas substitutivas	267
8. Recorribilidade.....	267
Capítulo 13 ► Arguição de descumprimento de preceito fundamental	269
1. Aspectos introdutórios.....	269
2. Legitimidade ativa e amicus curiae	271
3. Parâmetro	271
4. Hipóteses de cabimento.....	272
5. Objeto	274
6. Liminar.....	276
7. Decisão.....	277
8. Quadro: controle concentrado (ADI, ADC e ADPF).....	279
Capítulo 14 ► Ação direta de inconstitucionalidade por omissão	281
1. Aspectos introdutórios.....	281
2. Parâmetro (ou norma de referência)	281
3. Objeto	282
4. Legitimidade ativa	283
5. Legitimidade passiva	283
6. Competência.....	283
7. Procedimento	284
8. Liminar.....	284
9. Efeitos da decisão.....	285
Capítulo 15 ► Controle normativo abstrato no âmbito estadual.....	287
1. Representação de inconstitucionalidade	287
1.1. Competência.....	287
1.2. Legitimidade.....	287
1.3. Parâmetro.....	288
1.4. Objeto	289
1.5. Efeitos da decisão	290
2. Instituição de outras ações de controle normativo abstrato.....	292
3. Quadro: controle normativo abstrato nos Estados.....	293
Capítulo 16 ► Representação interventiva	295
1. Aspectos introdutórios.....	295
2. Representação interventiva federal.....	295
2.1. Quadro: representação interventiva federal	297
3. Representação interventiva estadual.....	298
3.1. Quadro: representação interventiva estadual.....	298

TÍTULO III

PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS

Capítulo 17 ► Estrutura, fundamentos e objetivos do Estado brasileiro.....	301
1. Princípios estruturantes	301
1.1. Princípio republicano	302
1.2. Princípio federativo	303
1.2.1. Princípio da indissolubilidade do pacto federativo	303
1.3. Princípio do Estado Democrático de Direito	304
1.3.1. Estado liberal	304
1.3.2. Estado social	307
1.3.3. Estado Democrático de Direito (Estado Constitucional Democrático).....	308
2. Princípio da separação dos poderes	310
3. Fundamentos	311
3.1. Soberania	312
3.2. Cidadania	313
3.3. Dignidade da pessoa humana	313
3.3.1. Dignidade da pessoa humana e direitos fundamentais.....	316
3.4. Valores sociais do trabalho e da livre-iniciativa.....	318
3.5. Pluralismo político	318
4. Objetivos fundamentais	320
5. Princípios regentes das relações internacionais	321
6. Quadro comparativo	326

TÍTULO IV

DIREITOS E GARANTIAS FUNDAMENTAIS

Capítulo 18 ► Teoria dos direitos fundamentais	329
1. Esclarecimentos preliminares	329
2. Natureza	329
3. Classificação doutrinária dos direitos fundamentais	330
3.1. A teoria dos <i>status</i> (Georg Jellinek).....	330
3.2. Classificação tripartida	331
4. Caracteres	332
5. Os direitos fundamentais e suas dimensões (gerações)	334
6. Direitos e garantias dos direitos	336
7. Dos deveres fundamentais.....	336
8. A eficácia horizontal dos direitos fundamentais	337
8.1. Teoria da ineficácia horizontal (doutrina da <i>state action</i>).....	338
8.2. Teoria da eficácia horizontal indireta	338
8.3. Teoria da eficácia horizontal direta.....	339
9. Dimensão subjetiva e dimensão objetiva.....	339

9.1. Fundamentação objetiva e subjetiva	340
10. Suporte fático dos direitos fundamentais	341
10.1. Elementos	341
10.2. Espécies	343
10.3. Quadro: suporte fático	345
11. Conteúdo essencial.....	345
12. Restrições aos direitos fundamentais	347
12.1. Classificação	349
12.2. Quadro: classificação das restrições aos direitos fundamentais	351
13. Os limites dos limites.....	352
13.1. Requisito formal.....	352
13.2. Requisitos materiais	353
14. O postulado da proporcionalidade	353
14.1. O conteúdo do postulado da proporcionalidade	354
14.1.1. Adequação.....	354
14.1.2. Necessidade.....	355
14.1.3. Proporcionalidade em sentido estrito	356
14.2. Proibição de proteção insuficiente (proibição de proteção deficiente, proibição de insuficiência ou proibição por defeito)	358
14.3. Distinção entre proporcionalidade e razoabilidade.....	358
15. Concorrência e colisão	360

Capítulo 19 ► **Direitos individuais e coletivos** **363**

1. Classificação constitucional.....	363
2. Direitos individuais	363
3. Direitos coletivos.....	363
4. Destinatários dos direitos individuais	364
5. Destinatários dos deveres: eficácia vertical e horizontal.....	366
6. A aplicação imediata das normas de direitos fundamentais	367
7. Tratados e convenções internacionais de direitos humanos.....	368
7.1. Quadro: posição hierárquica dos tratados internacionais.....	371
8. Tribunal Penal internacional	371
8.1. Princípios.....	372
8.2. Aspectos polêmicos	372

Capítulo 20 ► **Direitos individuais em espécie** **375**

1. Aspectos introdutórios.....	375
2. Direito à vida	376
2.1. Âmbito de proteção.....	376
2.2. Restrições (intervenções restritivas)	378
2.2.1. Aborto	380
2.2.1.1. Início da vida humana e proteção jurídica.....	381
2.2.1.2. A (i)legitimidade constitucional da descriminalização do aborto	383

2.2.1.2.1. Vida e dignidade do feto <i>versus</i> direitos fundamentais da gestante	383
2.2.1.2.2. O aborto como problema de saúde pública	384
2.2.1.3. A não criminalização do aborto no direito comparado	385
2.2.2. Eutanásia e conceitos afins	385
2.3. Quadro: direito à vida	387
3. Direito à igualdade.....	388
3.1. Evolução histórica	388
3.2. Igualdade jurídica e Igualdade fática	388
3.3. O direito à igualdade na Constituição de 1988.....	391
3.4. A dimensão objetiva e subjetiva do direito à igualdade	393
3.5. Âmbito de proteção e intervenção.....	394
3.6. Os destinatários do dever de igualdade	396
3.7. Igualdade como reconhecimento	397
3.8. Ações afirmativas	399
4. Direito à privacidade	403
4.1. Direito à intimidade, vida privada, honra e imagem	403
4.1.1. Âmbito de proteção	403
4.1.2. Restrições (intervenções restritivas)	405
4.1.2.1. Interceptação ambiental (escuta ambiental).....	406
4.1.2.2. Gravação clandestina	406
4.1.2.3. Quebra do sigilo de dados	408
4.1.3. Quadro: direito à intimidade, vida privada, honra e imagem	411
4.2. Inviolabilidade do domicílio.....	411
4.2.1. Âmbito de proteção	412
4.2.2. Restrições (intervenções restritivas)	412
4.2.3. Quadro: inviolabilidade do domicílio	416
5. Direito à liberdade	416
5.1. Liberdade de manifestação do pensamento	416
5.1.1. Âmbito de proteção	417
5.1.2. Restrições (intervenções restritivas)	418
5.1.3. Quadro: liberdade de manifestação do pensamento	421
5.2. Liberdade de consciência, de crença e de culto	422
5.2.1. Âmbito de proteção	422
5.2.1.1. Objeção de consciência (escusa de consciência ou imperativo de consciência)	423
5.2.1.2. Liberdade religiosa e dever de neutralidade do Estado	427
5.2.2. Restrições (intervenções restritivas)	429
5.3. Liberdade de comunicação pessoal	434
5.3.1. Âmbito de proteção	434
5.3.2. Restrições (intervenções restritivas)	436
5.3.3. Quadro: liberdade de comunicação pessoal	439
5.4. Liberdade de exercício profissional.....	439
5.4.1. Âmbito de proteção	439

5.4.2. Restrições (intervenções restritivas)	440
5.4.3. Quadro: liberdade de exercício profissional	440
5.5. Liberdade de informação	440
5.5.1. Âmbito de proteção	441
5.5.2. Restrições (intervenções restritivas)	443
5.5.3. Quadro: liberdade de informação	445
5.6. Liberdade de locomoção	446
5.6.1. Âmbito de proteção	446
5.6.2. Restrições (intervenções restritivas)	446
5.6.3. Quadro: liberdade de locomoção	447
5.7. Liberdade de reunião	447
5.7.1. Âmbito de proteção	448
5.7.2. Restrições (intervenções restritivas)	448
5.7.3. Quadro: liberdade de reunião	449
5.8. Liberdade de associação	449
5.8.1. Âmbito de proteção	450
5.8.2. Restrições (intervenções restritivas)	451
5.8.3. Quadro: liberdade de associação	451
6. Direito à propriedade	451
6.1. Âmbito de proteção	452
6.2. Restrições (intervenções restritivas)	452
6.2.1. Princípio da função social da propriedade	453
6.2.2. Desapropriação	454
6.2.3. Requisição	457
6.2.4. Usucapião constitucional	458
6.2.5. Expropriação-sanção e confisco	459
6.3. Quadro: direito à propriedade	462
Capítulo 21 ► Garantias individuais	463
1. Garantias relacionadas à segurança jurídica	464
1.1. Princípio da legalidade	464
1.2. Princípio da não retroatividade das leis	465
1.2.1. Direito adquirido	467
1.2.2. Ato jurídico perfeito	471
1.2.3. Coisa julgada	472
2. Garantias de natureza penal	475
2.1. Mandados constitucionais de criminalização	475
2.2. Garantias relativas às penas	477
2.2.1. Princípio da pessoalidade	478
2.2.2. Princípio da individualização da pena	479
2.2.3. Princípio da humanidade	484
2.3. Garantias relativas à prisão	486
2.3.1. Espécies de prisão	488

2.3.1.1. Prisão extrapenal	488
2.3.1.2. Prisão cautelar.....	490
2.3.2. Princípio da não autoincriminação.....	494
3. Garantias de natureza processual	496
3.1. Princípio da inafastabilidade da apreciação jurisdicional.....	496
3.2. Princípio do juiz natural.....	499
3.3. Princípio do devido processo legal.....	500
3.4. Princípios do contraditório e da ampla defesa.....	501
3.5. Inadmissibilidade de provas ilícitas	505
3.6. Presunção de não culpabilidade	507
3.7. Princípio da razoável duração do processo.....	512
Capítulo 22 ► Ações constitucionais	513
1. Aspectos introdutórios.....	513
2. <i>Habeas corpus</i>	514
2.1. Modalidades.....	514
2.2. Legitimidade.....	514
2.3. Objeto e objetivo	516
2.4. Considerações finais	517
3. <i>Habeas data</i>	517
3.1. Legitimidade ativa.....	518
3.2. Legitimidade passiva	519
3.3. Objeto e objetivo	519
3.4. Hipóteses de cabimento.....	520
3.4.1. Conhecimento de informações pessoais	520
3.4.2. Retificação de dados.....	521
3.4.3. Complementação de informações pessoais	521
3.5. Interesse de agir.....	521
3.6. Liminar e decisão de mérito	522
4. Mandado de segurança.....	523
4.1. Legitimidade ativa.....	523
4.2. Legitimidade passiva	527
4.3. Objeto e objetivo	528
4.4. Cabimento residual e vedações específicas.....	528
4.5. Prazo para impetração	530
4.6. Liminar	530
4.7. Decisão de mérito	531
5. Mandado de injunção	533
5.1. Legitimidade ativa.....	533
5.2. Legitimidade passiva	535
5.3. Objeto e objetivo	535
5.3.1. Espécies de omissão inconstitucional	536
5.4. Parâmetro de controle.....	537

5.5. Procedimento e competência	538
5.6. Liminar e decisão de mérito	540
5.7. Quadro comparativo: mandado de injunção e ação direta de inconstitucionalidade por omissão	544
6. Ação popular	545
6.1. Legitimidade ativa.....	546
6.2. Legitimidade passiva	547
6.3. Objeto: atos impugnáveis.....	548
6.4. Objetivo.....	548
6.5. Tutela preventiva e reparatoria.....	549
6.6. Requisitos específicos: binômio ilegalidade-lesividade.....	549
6.7. Competência	551
6.8. Liminar	552
6.9. Decisão de mérito	552
7. Quadro: ações constitucionais.....	553

Capítulo 23 ► **Direitos sociais** **555**

1. Aspectos introdutórios.....	555
2. A adjudicação dos direitos sociais.....	555
3. Reserva do possível.....	557
4. Mínimo existencial	559
5. Princípio da vedação de retrocesso.....	560
6. Direitos sociais em espécie	562
6.1. Direito à moradia	563
6.2. Direitos individuais dos trabalhadores	564
6.2.1. Direito ao trabalho e à garantia do emprego	566
6.2.2. Direitos sobre as condições de trabalho	567
6.2.3. Direitos relativos ao salário	567
6.2.4. Direitos relativos ao repouso e à inatividade do trabalhador.....	569
6.2.5. Direitos de proteção dos trabalhadores	571
6.2.6. Direitos relativos aos dependentes do trabalhador.....	572
6.2.7. Direito de participação dos trabalhadores.....	572
6.3. Direitos coletivos dos trabalhadores.....	572
6.3.1. Liberdade de associação profissional e sindical	573
6.3.2. Direito de greve.....	577
6.3.3. Participação em colegiados de órgãos públicos	578

Capítulo 24 ► **Direitos de nacionalidade**..... **581**

1. Conceito	581
2. Espécies de nacionalidade	582
2.1. Nacionalidade originária (primária ou atribuída).....	582
2.1.1. Critério territorial.....	582
2.1.2. Critério sanguíneo	583

2.2. Nacionalidade adquirida (secundária, derivada ou de eleição)	584
2.2.1. Naturalização tácita (grande naturalização ou naturalização coletiva)	584
2.2.2. Naturalização expressa	584
2.3. Quadro: espécies de nacionalidade	586
3. Quase nacionalidade	587
4. Diferenças de tratamento entre brasileiro nato e naturalizado	587
4.1. Cargos privativos	587
4.2. Assentos no Conselho da República	588
4.3. Propriedade de empresa jornalística e de radiodifusão	588
4.4. Extradicação	588
4.4.1. Crimes políticos e de opinião	590
4.4.2. Retroatividade dos tratados de extradição	591
4.4.3. Medidas de retirada compulsória: repatriação, deportação e expulsão	591
4.5. Quadro: diferenças de tratamento	593
5. Perda do direito de nacionalidade	593
 Capítulo 25 ► Dos direitos políticos	597
1. Aspectos introdutórios	597
2. Espécies	597
2.1. Direitos políticos positivos	597
2.1.1. Direito de sufrágio	598
2.1.2. Alistabilidade (capacidade eleitoral ativa)	598
2.1.3. Elegibilidade (capacidade eleitoral passiva)	601
2.2. Direitos políticos negativos	603
2.2.1. Inelegibilidades	603
2.2.1.1. Inelegibilidade relativa em razão do cargo	604
2.2.1.1.1. Cargos eletivos	604
2.2.1.1.2. Cargos não eletivos	608
2.2.1.2. Inelegibilidade relativa em razão do parentesco (inelegibilidade reflexa)	610
2.2.1.3. Casos de inelegibilidade voltados à proteção da moralidade política	612
2.2.2. Perda e suspensão dos direitos políticos	614
2.2.2.1. Recall	616
2.3. Quadro: espécies de direitos políticos	617
3. “Princípio” da anterioridade eleitoral	618
4. Dos partidos políticos	619
4.1. Coligações partidárias	621
4.2. Cláusula de barreira (ou cláusula de desempenho)	621
4.3. Fidelidade partidária	624
5. Sistemas eleitorais	626
5.1. Sistema majoritário	626
5.2. Sistema proporcional	626
5.3. Sistema misto	628

5.4. O modelo “distrital”	628
5.5. Quadro comparativo.....	629

TÍTULO V

ORGANIZAÇÃO DO ESTADO BRASILEIRO

Capítulo 26 ► A federação brasileira	633
1. Aspectos gerais.....	633
1.1. Elementos constitutivos do Estado	633
1.2. Formas de Estado	634
1.2.1. Estado unitário (ou simples).....	634
1.2.2. Estado composto.....	634
1.2.3. União incorporada	636
2. Centralização e descentralização	636
3. Características essenciais	636
3.1. Quadro: Estado Federal.....	637
4. Autonomia dos entes federativos	637
5. Tipos de federalismo	638
5.1. Quanto ao surgimento (ou quanto à origem)	639
5.2. Quanto à repartição de competências	639
5.3. Quanto à concentração do poder	640
5.4. Quanto à homogeneidade na distribuição de competências.....	641
5.5. Quanto às características dominantes do modelo federal	642
5.6. Quanto às esferas ou centros de competência.....	643
5.7. Quadro: tipos de federalismo	643
6. Análise histórica	644
7. Repartição de competências	645
7.1. Critérios utilizados na repartição de competências.....	646
7.1.1. Campos específicos de competência legislativa e administrativa.....	647
7.1.2. Possibilidade de delegação	648
7.1.3. Competências administrativas (ou materiais) comuns.....	648
7.1.4. Competências legislativas concorrentes	649
7.1.5. Quadro: repartição de competências	653
7.2. Competências privativas e exclusivas	654
8. Organização político-administrativa.....	654
8.1. Capital Federal.....	655
8.2. Incorporação, subdivisão e desmembramento de Estados.....	656
8.3. Criação, incorporação, fusão e desmembramento de Municípios.....	658
9. Da intervenção	659
9.1. Intervenção federal	659
9.1.1. Pressupostos materiais.....	660
9.1.2. Pressupostos formais	660
9.1.3. Controle político e jurisdicional da intervenção.....	662

9.2. Intervenção estadual	663
9.2.1. Pressupostos materiais.....	663
9.2.2. Pressupostos formais	664
9.2.3. Controle político	664
9.3. Quadro: espécies de intervenção	664
Capítulo 27 ► Da União	665
1. Posição da União na federação brasileira.....	665
2. Competências	665
3. Leis nacionais e leis federais.....	666
4. Bens da União.....	666
Capítulo 28 ► Dos Estados federados.....	671
1. Autonomia dos Estados federados	671
1.1. Auto-organização	671
1.1.1. Princípios limitativos.....	673
1.2. Autolegislação	675
1.3. Autogoverno	676
1.3.1. Do Poder Legislativo estadual	677
1.3.1.1. Das garantias do Poder Legislativo estadual	678
1.3.2. Do Poder Executivo estadual.....	680
1.4. Autoadministração.....	682
2. Regiões metropolitanas.....	683
3. Dos bens dos estados	684
4. Iniciativa popular no âmbito estadual	685
Capítulo 29 ► Dos Municípios.....	687
1. O município como ente federativo.....	687
2. Auto-organização.....	687
2.1. Composição das Câmaras Municipais	688
2.2. Estatuto dos Vereadores	688
2.3. Responsabilização dos Prefeitos	690
3. Autolegislação	691
4. Autogoverno.....	694
5. Autoadministração	694
6. Fiscalização orçamentária e financeira	695
Capítulo 30 ► Do Distrito Federal e Territórios	697
1. Distrito federal	697
1.1. Natureza jurídica	697
1.2. Auto-organização	698
1.3. Autolegislação	698

1.4. Autogoverno	699
1.5. Autoadministração.....	699
2. Territórios	699
3. Quadro: autonomias atribuídas aos entes federativos.....	701

Capítulo 31 ► **Da Administração Pública** **703**

1. A constituição administrativa	703
2. Estrutura e organização	704
3. Princípios constitucionais da administração pública.....	707
3.1. Legalidade.....	708
3.2. Impessoalidade	708
3.3. Moralidade.....	709
3.4. Publicidade.....	709
3.5. Eficiência	710
4. agentes públicos	710
4.1. Cargos, empregos e funções.....	710
4.2. Espécies de agentes públicos.....	711
4.2.1. Agentes políticos	711
4.2.2. Servidores estatais	712
4.2.2.1. Servidores públicos	712
4.2.2.1.1. O fim do Regime Jurídico Único	713
4.2.2.1.2. O regime jurídico estatutário	716
4.2.2.2. Empregados públicos	723
4.2.2.3. Militares	725
4.2.2.4. Servidores temporários.....	726
4.2.2.5. Particulares em colaboração com o Poder Público.....	727
4.3. Quadro: Agentes Públicos	727

TÍTULO VI

ORGANIZAÇÃO DOS PODERES

Capítulo 32 ► **Poder Legislativo** **731**

1. Estrutura.....	731
2. Funções	731
3. Deputados e senadores	732
4. Atribuições do Congresso Nacional	733
5. Sessões legislativas.....	734
6. Mesas diretoras.....	735
7. Comissões parlamentares.....	736
7.1. Comissão representativa do Congresso Nacional.....	737
7.2. Comissão parlamentar de inquérito federal	737
7.2.1. Requisitos para a criação	738
7.2.2. Poderes.....	739

7.2.3. Limites	743
7.2.4. Quadro – Comissão parlamentar de inquérito	745
7.3. Comissão parlamentar de inquérito estadual	745
7.4. Comissão parlamentar de inquérito municipal	746
8. Estatuto dos parlamentares federais	747
8.1. Imunidade material (inviolabilidade)	748
8.2. Imunidade formal	751
8.3. Prerrogativa de foro	754
8.4. Incompatibilidades	757
8.5. Perda do mandato: hipóteses de cassação e extinção	758
9. Quadro: competências	761
 Capítulo 33 ► Processo legislativo	763
1. Aspectos introdutórios	763
2. Espécies de processo legislativo	764
3. Processo legislativo ordinário	764
3.1. Fase introdutória	764
3.1.1. Iniciativa	764
3.2. Fase constitutiva	766
3.2.1. Sanção e veto	770
3.3. Fase complementar	771
3.4. Quadro: processo legislativo ordinário	772
4. Processo legislativo sumário	773
5. Processos legislativos especiais	774
5.1. Emendas à Constituição	774
5.2. Leis complementares	775
5.3. Medidas provisórias	776
5.3.1. Prazo de vigência	777
5.3.2. Regime de urgência	778
5.3.3. Trâmite	779
5.3.4. Rejeição	780
5.3.5. Revogação	780
5.3.6. Limitações materiais	781
5.3.7. Edição de medidas provisórias nos Estados e Municípios	783
5.3.8. Controle de constitucionalidade das medidas provisórias	783
5.4. Leis delegadas	784
5.4.1. Processo legislativo	785
5.4.2. Sustação	785
5.4.3. Limitações materiais	786
5.5. Decreto legislativo	786
5.6. Resoluções	786
5.7. Quadro comparativo: processo legislativo	787

Capítulo 34 ► Tribunal de Contas.....	789
1. Aspectos introdutórios.....	789
2. Tribunal de Contas da União.....	789
2.1. Competências.....	790
2.1.1. Competência fiscalizadora.....	791
2.1.2. Competência judicante.....	792
2.1.3. Competência sancionatória	793
2.1.4. Competência consultiva.....	794
2.1.5. Competência informativa.....	794
2.1.6. Competência corretiva.....	794
3. Ministério Público junto ao Tribunal de Contas da União.....	794
4. Tribunais de contas dos Estados, Distrito Federal e Municípios.....	795
 Capítulo 35 ► Poder Executivo	 799
1. Sistemas de governo	799
1.1. Parlamentarismo.....	799
1.2. Presidencialismo.....	800
1.3. Semipresidencialismo (ou semiparlamentarismo).....	800
2. Competências do Presidente da República	801
3. Substituição e sucessão do Presidente da República	803
4. Decretos e regulamentos.....	805
5. Ministros de Estado.....	807
6. Funcionários públicos	808
7. Da responsabilidade do Presidente da República.....	808
7.1. Crimes de responsabilidade	808
7.2. Crimes comuns.....	812
7.3. Imunidade à prisão cautelar	812
7.4. Irresponsabilidade penal relativa	812
8. Da responsabilidade dos governadores dos Estados e do Distrito Federal.....	813
8.1. Crimes comuns.....	813
8.2. Crimes de responsabilidade.....	815
9. Da responsabilidade dos prefeitos	816
10. Quadro: competências.....	817
11. A responsabilização político-administrativa dos agentes políticos	818
 Capítulo 36 ► Poder Judiciário	 821
1. Aspectos introdutórios.....	821
1.1. Funções típicas e atípicas	821
1.2. Estrutura organizacional.....	822
2. Disposições gerais.....	823
2.1. Garantias institucionais.....	824
2.2. Garantias funcionais	825

2.2.1. Vedações.....	827
2.3. Tempo de “atividade jurídica” para ingresso na magistratura.....	828
2.4. Órgão especial	829
2.5. Quinto constitucional.....	829
2.6. Cláusula da reserva de plenário (regra do <i>full bench</i>)	830
2.7. Juizados especiais	830
2.8. Justiça de Paz	832
2.9. Precatório	832
2.9.1. Regime dos precatórios	833
2.9.2. Dispensa de precatório.....	837
2.9.3. Prazo para pagamento	840
2.9.4. Honorários advocatícios	843
2.9.5. Sequestro da quantia devida	844
2.9.6. Intervenção federal e estadual	846
2.9.7. Possibilidade de compensação.....	847
2.9.8. Leilão e Acordo Direto	848
3. Conselho Nacional de Justiça.....	848
3.1. Composição	849
3.2. Competências.....	850
4. Supremo Tribunal Federal	853
4.1. O papel do Supremo Tribunal Federal	854
4.2. Competências.....	857
4.2.1. Proteção constitucional.....	857
4.2.2. Crimes comuns e de responsabilidade.....	858
4.2.3. Tutela das liberdades constitucionais	859
4.2.3.1. Habeas corpus	859
4.2.3.2. Mandado de segurança e habeas data	860
4.2.3.3. Mandado de injunção.....	861
4.2.4. Litígios e conflitos	861
4.2.5. Outras competências.....	862
4.3. Recurso extraordinário	863
4.3.1. Aspectos introdutórios	863
4.3.1.1. Pré-questionamento.....	866
4.3.1.2. Prévio esgotamento da instância ordinária	867
4.3.1.3. Impossibilidade de reexame de fatos e provas	868
4.3.2. Repercussão geral.....	868
4.3.3. Hipóteses de cabimento.....	870
4.3.3.1. Violação a dispositivo constitucional	870
4.3.3.2. Declaração de inconstitucionalidade de tratado ou lei federal.....	872
4.3.3.3. Declaração de constitucionalidade de lei ou ato de governo local	872
4.3.3.4. Declaração de validade de lei local contestada em face de lei federal...	872

4.4. Súmula vinculante	873
4.4.1. Natureza	874
4.4.2. Pressupostos constitucionais.....	874
4.4.3. Requisitos constitucionais	875
4.4.4. Extensão dos efeitos.....	876
4.4.5. Quadro: súmula vinculante	877
4.5. Reclamação constitucional.....	878
5. Superior Tribunal de Justiça	881
5.1. Competências.....	881
5.1.1. Proteção do ordenamento jurídico federal.....	881
5.1.1.1. Contrariedade ou negativa de vigência a tratado ou lei federal	882
5.1.1.2. Conflito entre ato de governo local e lei federal	884
5.1.1.3. Divergência jurisprudencial	884
5.1.2. Crimes comuns e de responsabilidade.....	884
5.1.3. Tutela das liberdades constitucionais	886
5.1.3.1. Mandado de segurança e habeas data	886
5.1.3.2. Habeas corpus	886
5.1.3.3. Mandado de injunção.....	886
5.1.4. Litígios e conflitos	887
5.1.5. Outras competências.....	887
6. Tribunais Regionais Federais e juízes federais	888
6.1. Composição	888
6.2. Competência	889
6.2.1. Litígios e conflitos	889
6.2.2. Competência criminal.....	889
6.2.3. Tutela das liberdades constitucionais e direitos humanos	891
6.2.4. Outras competências.....	891
6.3. Foro das causas de interesse da União	892
7. Tribunais e juízes do Trabalho	893
7.1. Composição	893
7.2. Competência	894
7.2.1. Quadro: Competência da Justiça do Trabalho	898
7.2.2. Competência dos Tribunais do Trabalho	898
8. Tribunais e juízes Eleitorais.....	899
8.1. Estrutura e composição.....	899
8.2. Competência.....	900
9. Tribunais e juízes Militares.....	901
9.1. Estrutura e composição	901
9.2. Justiça Militar da União	902
10. Tribunais de Justiça e juízes estaduais	902
10.1. Justiça Militar estadual.....	903

TÍTULO VII

FUNÇÕES ESSENCIAIS À JUSTIÇA

Capítulo 37 ► Ministério Público.....	909
1. Definição constitucional.....	909
2. Natureza jurídica.....	910
3. Princípios institucionais.....	911
3.1. Princípio da unidade.....	911
3.2. Princípio da indivisibilidade.....	911
3.3. Princípio da independência funcional.....	912
3.4. Princípio do promotor natural.....	912
4. Estrutura orgânica.....	913
4.1. Ministério Público junto ao Tribunal de Contas	914
4.2. Conselho Nacional do Ministério Público	915
5. Procurador-Geral da República	917
6. Procurador-Geral de Justiça	918
7. Funções institucionais	919
7.1. Ação penal pública.....	920
7.1.1. Poder de investigação criminal.....	921
7.2. Inquérito civil e ação civil pública	922
7.3. Controle de constitucionalidade.....	924
7.4. Controle externo da atividade policial	924
7.5. Outras funções.....	925
8. Ingresso na carreira	926
9. Garantias	928
9.1. Vitaliciedade.....	928
9.2. Inamovibilidade	929
9.3. Irredutibilidade de subsídio	929
10. Vedações.....	930
Capítulo 38 ► Advocacia Pública.....	933
1. Aspectos introdutórios.....	933
2. Regime funcional.....	933
3. Advocacia-Geral da União.....	934
3.1. Advogado-Geral da União	937
4. Procuradores dos Estados e do Distrito Federal	937
4.1. Regime jurídico.....	939
5. Procuradores dos municípios.....	941
Capítulo 39 ► Advocacia e Defensoria Pública	943
1. Advocacia	943
1.1. Princípio da indispensabilidade do advogado	943

1.2. Princípio da inviolabilidade do advogado	944
1.3. Prisão cautelar.....	945
1.4. Estatuto da Advocacia	945
2. Defensoria Pública	947
2.1. Normas gerais de organização das defensorias públicas	949
2.2. Autonomia funcional e administrativa.....	952
2.3. Princípios institucionais.....	954

TÍTULO VIII

DEFESA DO ESTADO E DAS INSTITUIÇÕES DEMOCRÁTICAS

Capítulo 40 ► Estado de defesa e estado de sítio	959
1. Aspectos introdutórios.....	959
2. Estado de defesa.....	959
3. Estado de sítio	960
Capítulo 41 ► Forças Armadas.....	963
1. Definição e papel constitucional.....	963
2. Punições disciplinares.....	963
3. Regime jurídico	964
4. Serviço militar obrigatório.....	966
Capítulo 42 ► Segurança pública	967
1. Finalidade	967
2. Polícia ostensiva e polícia judiciária.....	968

TÍTULO IX

TRIBUTAÇÃO E ORÇAMENTO

Capítulo 43 ► Sistema Tributário Nacional	975
1. A constituição tributária.....	975
1.1. Limitações Constitucionais ao Poder de Tributar.....	976
2. Características gerais do sistema pré-reforma.....	981
3. A reforma tributária (EC 132/2023).....	983
3.1. Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS) e Imposto sobre Bens e Serviços (IBS).....	984
3.2. Contribuição sobre produtos primários e semielaborados	986
3.3. Alterações nos tributos já existentes	986
Capítulo 44 ► Finanças Públicas.....	989
1. A constituição financeira	989
2. Princípios da atividade financeira do estado.....	990

TÍTULO X

ORDEM ECONÔMICA E FINANCEIRA

Capítulo 45 ► Ordem Econômica	997
1. A constituição econômica	997
2. Fundamentos e princípios gerais	998
2.1. Soberania nacional	1001
2.2. Propriedade privada e sua função social.....	1002
2.3. Livre concorrência	1003
2.3.1. Formas de intervenção do Estado no domínio econômico	1003
2.3.1.1. Intervenção indireta.....	1003
2.3.1.2. Intervenção direta.....	1004
2.4. Defesa do consumidor.....	1007
2.5. Defesa do meio ambiente.....	1008
2.6. Redução das desigualdades regionais e sociais e busca do pleno emprego.....	1008
2.7. Tratamento favorecido para empresas de pequeno porte.....	1009
Capítulo 46 ► Sistema Financeiro Nacional	1011
1. Sistema financeiro nacional.....	1011
2. Quadro: ordem econômica e financeira	1012

TÍTULO XI

ORDEM SOCIAL

Capítulo 47 ► Seguridade social	1017
1. Disposições gerais.....	1017
2. Objetivos	1017
3. Financiamento	1020
4. Da saúde.....	1025
4.1. Critérios para a adjudicação de medicamentos	1027
4.2. Custeio do Sistema Único de Saúde	1035
4.3. Diretrizes do Sistema Único de Saúde	1038
4.4. Assistência à saúde e iniciativa privada	1038
4.5. Competências do Sistema Único de Saúde	1039
5. Da previdência social.....	1040
5.1. Organização.....	1040
5.2. Benefícios	1041
5.3. Valor dos benefícios	1046
6. Da assistência social	1047
Capítulo 48 ► Educação, cultura e desporto.....	1051
1. Da educação.....	1051

1.1. Princípios informadores do ensino	1052
1.2. Competências dos entes federativos.....	1056
2. Da cultura.....	1056
3. Do desporto	1058

Capítulo 49 ► **Família, criança, adolescente e idoso** **1061**

1. Da família	1061
1.1. Proteção estatal da entidade familiar.....	1062
1.2. Divórcio	1063
2. Da criança, do adolescente e do jovem.....	1064
3. Do idoso	1066

Capítulo 50 ► **Temática específica.....** **1069**

1. Ciência, tecnologia e inovação.....	1069
2. Comunicação social	1070
2.1. Propriedade de empresa jornalística e de radiodifusão	1073
3. Meio ambiente.....	1074
3.1. Destinatários do direito ao meio ambiente e do dever de proteção.....	1075
3.2. Princípios informadores do direito ambiental	1076
3.3. Efetividade do direito ao meio ambiente.....	1076
3.4. Responsabilização ambiental.....	1079
4. Índios	1080
4.1. Princípios informadores.....	1081
4.2. Terras tradicionalmente ocupadas pelos índios	1081

Referências bibliográficas..... **1085**

Índice remissivo **1115**